
MOVIMENTOS SOCIAIS DE NEGROS/AS NO BRASIL: HISTÓRIA, CONQUISTAS E DESAFIOS

Margareth Maria de Melo
UERJ/UEPB
margarethmmelo@yahoo.com.br

*“(…) Não basta ser negro,
Tem que se sentir negro.
Não basta ser negro,
Tem que se gostar.
Não basta ser negro,
Tem que conhecer sua história
Para ter orgulho De ser negro.”
Marília Dias*

A história do povo negro é conteúdo que precisa ser estudado, conhecido, contado para as novas gerações para se ter orgulho de ser negro/a, como faziam os/as griôs desde a África.

Pois contar a história é uma forma de preservar a vida, de fazer memória, de ressignificar a história, a autoestima, alimentar a esperança e resistência do povo negro. Não a história dos vencedores, dos exploradores, mas dos vencidos, excluídos. Segundo Benjamin, citado por Lowy (2005), as lutas dos nossos ancestrais oprimidos e escravizados devem ser lembradas não para fazer lamentações ou meditações místicas, mas para que se torne uma fonte de energia moral e espiritual para as lutas do presente: “Não há luta pelo futuro sem memória do passado” (LOWY, 2005, p.109).

Logo, conhecer essas lutas e valorizá-las implica superar o consenso ideológico e a naturalização da exploração desse povo, reconhecer as diversas formas de astúcia e resistência como táticas (CERTEAU, 2007) para manter vivas as tradições, crenças, costumes, enfim, a sua história e cultura e lhe garantir autonomia e cidadania.

Neste artigo pretendo destacar algumas ações que demonstram como nosso povo não ficou passivo diante das atrocidades sofridas, uma vez que sua organização e luta são provas de uma rede de disciplina que resultou na formação dos quilombos e nas conquistas de direitos, conforme veremos a seguir.

Nos séculos XVIII e XIX inúmeras iniciativas de grupos de escravos/as para fugir das fazendas para os quilombos tiveram apoio de negros/as alforriados/as e intelectuais abolicionistas. “A abolição foi uma luta árdua e não uma concessão de qualquer setor ou

grupo social. Foi uma luta dos próprios escravos, apoiados em vários momentos por intelectuais e políticos” (GOHN, 1995, p.50). Meu estranhamento com relação ao livro de Gohn é que no início do século XX, diversos movimentos de grupos de negros/as se organizaram e não foram referenciados pela autora, como se o povo negro tivesse se inserido normalmente no mercado de trabalho e passasse a participar de movimentos organizados por categorias profissionais ou de entidades políticas. Isso revela que após abolição a população negra foi invisibilizada neste livro sobre a história dos movimentos e lutas sociais.

Petrônio Domingues (2009) afirma que, entre 1889 e 1937, “um setor da população negra fundou associações de diversos tipos: clubes, centros cívicos, grêmios literários e, principalmente, sociedades recreativas e dançantes”.

Empreendendo um trabalho social, político e cultural, publicando jornais, organizando palestras, recitais de poesia, piqueniques, excursões, bailes, grupos teatrais, desportivos, musicais e outras formas de ação coletiva, as associações das “pessoas de cor” exerceram – ou desejaram exercer – um papel de mobilização e conscientização da população negra, procurando mostrar-lhe o seu valor e os seus direitos de cidadão brasileiro na nova ordem social (DOMINGUES, 2009, p.19).

No momento pós-abolição, a preocupação destas entidades era favorecer a socialização, inserção e organização das pessoas no meio social. A migração do campo para as cidades aliada à falta de escolas, empregos e moradias dificultou a integração da população negra e gerou as primeiras favelas urbanas.

Essas associações também se preocupavam com a ajuda mútua da população negra carente. Nestas organizações a presença das mulheres já se evidenciava e algumas eram formadas só por mulheres negras. A Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul foi fundada em 19 de março de 1908, em Pelotas, Rio Grande do Sul, constituindo-se uma das mais antigas organizações de mulheres negras que se tem registro no país (DOMINGUES, 2009).

A Imprensa Negra foi outra iniciativa de conscientização do povo negro. A temática da raça negra e o preconceito eram os principais assuntos das edições elaboradas. Diversos periódicos tinham objetivo de orientar a população negra para a inserção no mercado de trabalho livre, para a busca de direitos, o cumprimento de deveres e para a divulgação de atividades de lazer. Alguns jornais tiveram muita dificuldade de sobrevivência, outros conseguiram superar as questões financeiras de manutenção e inclusive um desses (O Clarim d’Alvorada), conseguiu fazer um intercâmbio com outro jornal dos Estados Unidos (Chicago Defender). Esse relacionamento, a princípio, passou a imagem do Brasil como uma

democracia racial. “O Brasil é apresentado pelo Chicago Defender nesse período [1914 – 1934] como o melhor exemplo de „harmonia racial“, de liberdade e de igualdade de oportunidades para os negros” (PEREIRA, 2009, p.115) (grifo do autor).

Em 16 de setembro de 1931 foi criada a Frente Negra Brasileira (FNB). A FNB “se destacou pelo tempo em que permaneceu ativa, pelo número de adeptos, pelas realizações e, também, pela quantidade de atividades que desenvolveu” (DOMINGUES, 2009, p. 24). Dentre essas atividades destaca-se a alfabetização da população negra carente. O grande objetivo da FNB era se tornar um partido político, mas, ideologicamente, as posições das suas lideranças eram muito contraditórias. A ditadura que se instalou em 1937 impediu a continuidade da FNB, dificultando a inclusão da problemática racial na vida pública, visto que nenhum partido político a vinculava com uma questão política.

As mulheres tiveram presença significativa na primeira fase dos Movimentos Sociais de Negros/as. No entanto, sua atuação era secundarizada refletindo as relações de gênero presentes na sociedade da época, e um exemplo dessa situação foi a participação na FNB. Os poucos grupos de mulheres negras existentes não atuavam no espaço público, nem discutiam os problemas específicos da mulher negra. Estes se dedicavam a ações filantrópicas, cursos de culinária, corte e costura e organização de eventos recreativos e comemorativos (DOMINGUES, 2009).

A ditadura chamada de Estado Novo (1937-1945) impediu qualquer tipo de organização política no Brasil com violenta repressão. Neste período uma entidade que se destacou foi a União dos Homens de Cor (UHC) que tinha como objetivo ajudar a melhorar o padrão econômico e intelectual das pessoas para que pudessem exercer com autonomia sua cidadania. Desde sua origem, a entidade buscou contemplar a mulher negra em cargos importantes da sua diretoria (DOMINGUES, 2009).

Embora sem o mesmo grau de penetração que a UHC teve na ‘população de cor’, o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi outro grupo importante dessa fase. Fundado no Rio de Janeiro, em 1944, tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança. A proposta inicial era formar um grupo teatral apenas com atores negros, mas paulatinamente o TEN adquiriu uma dimensão maior: publicou um jornal, *Quilombo*, organizou conferência, congressos, promoveu concursos de beleza, inaugurou um centro de pesquisa e um museu (DOMINGUES, 2009, p. 28) (grifo do autor).

As mulheres novamente tiveram atuação de destaque no TEN, em especial no jornal, com a coluna Fala Mulher, que discutia problemas relativo a elas, enfatizando a campanha de regulamentação do trabalho doméstico, visto que muitas das mulheres negras atuavam nessa

função. Em 1950, algumas mulheres do TEN articularam a criação do Conselho Nacional das Mulheres Negras, cujas propostas contemplavam várias iniciativas de formação profissional, alfabetização e serviços de assistência social e jurídica. Infelizmente boa parte das ideias planejadas não se concretizou (DOMINGUES, 2009).

A Associação Cultural do Negro foi criada em 1954, sendo responsável pela organização de diversas ações recreativas e culturais. Criou e publicou o jornal Mutirão, os Cadernos de Cultura, articulou conferências e um projeto educacional, além de construir uma biblioteca.

Nesta primeira fase do Movimento Social Negro as ações se concentraram mais no âmbito cultural, educativo, quando diversos grupos foram formados: musicais, blocos de carnaval, congadas, reizados, bailes dançantes, irmandades religiosas, teatro, dentre outras. As religiões de matriz africana se misturaram num sincretismo com as religiões cristãs promovendo a criação de novas expressões religiosas e a preservação das tradições culturais, visando a autoafirmação de uma identidade afrobrasileira. Algumas destas atividades mobilizavam grande número de homens e mulheres negros/as, que encontravam na festa, no lazer e no culto aos ancestrais energias para enfrentar as adversidades da vida cotidiana.

Esta movimentação não aconteceu de forma pacífica. O Estado muitas vezes tentou reprimir e impedir essas manifestações, através da polícia que perseguia violentamente. Alguns desses grupos não eram reconhecidos e foram regularmente excluídos, consequentemente nossas tradições e ancestralidades foram negadas. Isso torna visível como a astúcia e as táticas dos praticantes (CERTEAU, 2007) do povo negro venceram os opressores e preservaram a memória negra. Os grupos locais receberam influências do movimento que acontecia na diáspora negra, tanto através da imprensa negra dos Estados Unidos, a partir da campanha *Black is beautiful*, como do processo de libertação dos países africanos.

Paralelo a esse movimento, como apresentado anteriormente, as elites brasileiras procuravam incutir na população, através de vários meios, a miscigenação em função da formação de uma identidade nacional homogênea e da difusão da imagem do Brasil como uma democracia racial. Mesmo não tendo um projeto político claro e algumas lideranças assumindo posturas políticas contraditórias, os Movimentos Sociais de Negros/as reagiram às investidas do poder público e os diversos grupos organizaram debates, ações e propostas como as elaboradas na

Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada em 1945 (São Paulo) e em 1946 (Rio de Janeiro). Essa convenção apresentou um “Manifesto à Nação Brasileira”, que foi enviado a todos os partidos políticos da época, visto que, em 1946, o Brasil iria ter uma Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração da nova Constituição (SANTOS, 2009, p. 127-128) (grifo do autor).

Infelizmente, as reivindicações do Manifesto não foram atendidas pelos constituintes. Entre essas se lutava para que o preconceito de cor e raça fosse crime e pela criação de políticas de ações afirmativas para estudantes negros/as nas universidades, muito antes de tais políticas serem difundidas nos Estados Unidos. Esse Manifesto significou uma ação política dos Movimentos Sociais Negros de grande destaque, pois tentava introduzir na Carta Magna leis que possibilitassem a igualdade racial (SANTOS, 2009). A iniciativa demonstrava um avanço político dos movimentos na época e o reconhecimento da necessidade de admitir representações no parlamento que fossem militantes da causa negra.

Assim, o Brasil incorpora no mundo uma imagem de democracia racial, motivando uma pesquisa patrocinada pela Unesco, em 1951, que favoreceu um olhar sobre a realidade racial que aqui se delineava. A partir de então uma volumosa bibliografia surgiu e diversas outras pesquisas foram realizadas apresentando a real situação do povo negro no país.

Na verdade, a hipótese sustentada pelo dr. Donald Pierson, de que o Brasil constitui um caso neutro na manifestação do ‘preconceito racial’, teve de ser revista, mau grado o empenho da Unesco pela confirmação da hipótese. Ao que parece, essa instituição alimentava o propósito de usar o ‘caso brasileiro’ como material de propaganda. Se os brancos, negros e mestiços podem conviver de forma democrática no Brasil, por que o mesmo processo seria impossível em outras regiões? Não obstante, o que é uma democracia racial? A ausência de tensões abertas e de conflitos permanentes é, em si mesma, índice de ‘boa’ organização das relações raciais? Doutro lado, o que é mais importante para o ‘negro’ e o ‘mestiço’: uma consideração ambígua e disfarçada ou uma condição real de ser humano econômica, social e culturalmente *igual aos brancos*? (FERNANDES, 2007, p.39) (grifo do autor).

A dita democracia racial foi desvelada quando diversas pesquisas demonstraram que a população negra era a maioria dos pobres deste país: os piores salários, o maior número de subemprego e desemprego, o maior índice de analfabetismo, de fracasso escolar, dentre outros. Uma dificuldade para se fazer algumas pesquisas era a ausência de informações pertinentes, pois o censo demográfico de 1960, por motivos técnicos, só disponibilizou os dados dez anos depois e só se referiu à contagem dos grupos de cor por sexo e idade. Além disso, o censo de 1970 omitiu a pergunta sobre cor da população (HASENBALG, 1999). Esse foi o período da ditadura militar de 1964-1985, será que era interesse deste governo visibilizar a diferença racial relacionada à diferença econômica?

A segunda fase do Movimento Negro foi mais política, mas com a ditadura militar, se proibiu qualquer tipo de discussão sobre a questão racial, que se tornou assunto de segurança nacional. Neste período, apesar de toda repressão militar, trabalhou-se no sentido de desmistificar o Treze de maio, e se iniciou a articulação em torno do vinte de novembro como o “Dia da Consciência Negra”. No final da década de 1970, o assassinato de um motorista de táxi negro foi o estopim para a retomada da luta contra a discriminação e a violência racial, o subemprego e a marginalização. Em 1979, no primeiro Congresso com representantes de vários Estados, definiu-se que o Movimento Negro Unificado – MNU – pretendia ser uma organização de massas, com estrutura de um partido político, mas com as formas de atuação semelhantes às de um movimento social (DOMINGUES, 2009).

Ainda na década de 1970, nas universidades começaram a se formar grupos de pesquisa voltados para temática afrobrasileira. De modo simultâneo ao Movimento Negro Unificado se tecia um Movimento Negro acadêmico. No período entre 1980 e 1990, surgiram diversos grupos de pesquisa, Núcleos de estudo e pesquisa (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros - NEAB), ou denominações correlatas. Esse movimento acadêmico promoveu uma intensa mobilização de pesquisas, produção de conhecimentos e eventos, que se ampliaram com as discussões sobre Ações Afirmativas, culminando em 2000 com a formação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

A agenda do Movimento Negro Unificado se formava a partir de novas demandas, assumindo a luta contra o racismo numa dimensão mundial. Três situações influenciavam diretamente alguns dos militantes brasileiros: a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, contra o *Apartheid* da África do Sul, bem como pela autonomia e libertação dos países africanos, da dominação colonial (SILVA, 2009). No âmbito nacional a luta pela democratização do país era uma bandeira assumida pelo MNU, associando-se aos movimentos sociais, resultando numa proliferação de ações que mobilizaram diversos grupos em várias regiões do país.

A mulher negra não foi esquecida no Movimento Negro Unificado e várias das suas lutas fizeram parte do Programa de Ação do MNU. No entanto, nas relações cotidianas dentro do movimento, a mulher era entendida na sua função de apoio, sem direito de participar das decisões. O machismo dos militantes negros levou as mulheres a buscarem a formação de grupos independentes, alguns assumindo a denominação de coletivos, por congregarem mulheres negras de filiações políticas e partidárias heterogêneas. Em 1988, emergiu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, RJ, fruto da insatisfação das mulheres

negras com o movimento feminista que também negligenciou suas reivindicações (DOMINGUES, 2009).

A mobilização dos Movimentos Negros no final da década de 1980, quando da elaboração de uma nova Constituição para o país, foi outro evento marcante que culminou com a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, nos dias 26 e 27 de agosto de 1986, em Brasília – DF. Desta vez, diferente da situação vivida em 1946, as propostas foram aprovadas, a exemplo da lei contra o racismo (SANTOS, 2009).

Nesta mesma perspectiva de mobilização foram as comemorações dos 100 anos de Abolição, fortalecendo a organização dos movimentos e a discussão crítica da situação do povo negro no país. Outro destaque desta década foi a eleição de um militante do movimento para o Congresso Nacional, pois os parlamentares aliados, eleitos anteriormente, eram raros e não assumiam uma posição de luta anti-racista. Segundo Santos (2009), Abdias do Nascimento, uma das lideranças do TEN, foi o primeiro representante eleito dos Movimentos Negros para Câmara Federal e depois para o Senado. Sua luta foi intensa no sentido de denunciar o racismo no Brasil e propor políticas de ações valorativas e afirmativas para população negra em várias áreas.

Todas essas ações de mobilização provocaram mudanças no cotidiano da sociedade brasileira, especialmente entre os/as negros/as que passaram a assumir mais sua identidade. O próprio movimento, que antes tinha uma pauta mais universalista, utópica, a partir de meados de 1990, passa a se voltar para a questão de identidade racial, de igualdade de direitos, de políticas públicas para enfrentamento dessas desigualdades (PEREIRA, 2009).

A ordem de relações políticas e institucionais imbricadas, instáveis e conflituosas no contexto da luta contra o racismo nos finais dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 teve inegável importância para as mudanças no perfil e nas práticas organizacionais e de intervenção do Movimento Negro Brasileiro. Sem dúvida, tais mudanças foram bafejadas pelos ventos da nova ordem mundial a partir da queda da polarização socialismo *versus* capitalismo, que potencializaram a definição de um certo sentido a ser trilhado pelas novas organizações negras – sua inserção no mundo das ONGs, da cooperação internacional -, de forma semelhante ao que ocorria em outros setores do Movimento social, embora como “as últimas da fila”, chegando mais tarde e inexperientes àquele contexto, disputando esquemas e fluxos menores de recursos, etc (PEREIRA, 2009, p. 232-233).

Segundo o autor esta mudança na prática das organizações do Movimento Negro pode ser um salto para a luz, visto que novas demandas se apresentaram exigindo adaptações, conforme os demais movimentos sociais, para continuar na luta. Os grupos que não assumiram esse perfil foram desarticulados, a exemplo do que eu participava em meados dos

anos de 1990. Para mim, hoje fica muito claro o que na época era estranho para a militância, o porquê de não se conseguir mobilizar as pessoas para participar do nosso grupo. Estar atento a esses movimentos do cotidiano é significativo para a conquista de nossos objetivos. A diversidade presente no interior do próprio movimento sempre foi outra dificuldade de sua existência, aliada à vinculação a partidos políticos, à relação com os outros movimentos sociais, com as comunidades negras da periferia ou de áreas rurais, formavam os desafios que cotidianamente se apresentavam.

A articulação dos movimentos culminou com a conquista da lei 10.639 de março de 2003. Ela altera a lei 9.394/96 (LDB) para sua implementação. A Lei 10.639/03 institui a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2004). Ela é fruto da organização e luta dos movimentos, mas sua existência não garante as mudanças na escola. Na verdade, é preciso que a luta continue agora no sentido de favorecer sua real implementação. No curso de formação de professores/as é urgente que esses conteúdos sejam aprofundados permitindo que se tenha orgulho de nossa ancestralidade africana, resignificando o que é ser negro no Brasil.

Os professores e professoras precisam conhecer a história do povo negro, sua cultura e de que modo está presente a força, o jeito e a sensibilidade desta população na constituição do povo brasileiro. Para aqueles/as que já atuam na escola será necessário oferecer cursos de formação continuada, e para quem está nos cursos de formação docente é preciso que os diversos componentes curriculares reelaborem a abordagem dos seus conteúdos, a fim de que estes não mais excluam a história e a cultura afrobrasileira, como se o país fosse uma nação uniforme e homogênea e apresente o povo negro como uma etnia que deu uma “contribuição” para o país, quando na verdade ele juntamente com as outras etnias construíram essa nação.

Assim, um dos grandes desafios do momento para os movimentos sociais de negros/as é a implementação da lei 10.639/03 na Educação Básica, ele instiga a pesquisa e aprofundamento teórico, a produção de conhecimento e a desvelar o racismo presente em nossos cotidianos.

REFERÊNCIA:

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria especial de Políticas de Promoção de Igualdade racial. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2004.

-
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. 13. ed. (Tradução de Ephraim Ferreira Alves). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luizias Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. In PEREIRA, A. M.; SILVA, J da. (Orgs.) *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p17-48.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos Brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- HASENBALG, Carlos. Perspectivas sobre raça e classe no Brasil. In. HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. *Cor e estratificação Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. Tradução de Wanda Nogueira C. Brant, [tradução das teses] Jeanne M. Gagnebin, Marcos L. Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PEREIRA, Amílca A. Linhas (da cor) cruzadas: relações raciais, imprensa negra e movimento negro no Brasil e nos Estados Unidos. In PEREIRA, A. M.; SILVA, J da. (Orgs.) *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 109-126.
- SANTOS, Sales A. dos. “O negro no poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento brasileiro. In PEREIRA, A. M.; SILVA, J da. (Orgs.) *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 127-163.
- SILVA, Joselina da. *Jornal SINBA: a África na construção identitária brasileira dos anos 1970*. In PEREIRA, A. M.; SILVA, J da. (Orgs.) *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 184-205